

A.I. N.º - 000.904.438-8/03
AUTUADO - OK AUTO CENTER PEÇAS PNEUS E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - NORMANDO C. CORREIA
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 10.12.2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0477-03/03

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Em relação às mercadorias objeto desta autuação, não há convênio que preveja a retenção do imposto pelo remetente. A Portaria nº 270/93 manda que se cobre o tributo por antecipação no posto de fronteira. O recolhimento efetuado pelo autuado foi posterior ao prazo concedido no art. 3º, da Portaria nº 339/01. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 10/10/03, exige ICMS no valor de R\$1.801,54, acrescido da multa de 60%, em razão da falta de recolhimento do imposto, referente a mercadorias enquadradas na Portaria nº 270/93 (autopeças), procedentes de outros Estados, sem o recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso da mercadoria.

Foi lavrado o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 010189 (fl. 02), apreendendo as mercadorias constantes da Nota Fiscal nº 114076 às fls. 04 e 05.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 10, alegando que o imposto exigido no presente processo já foi objeto de recolhimento. Afirma que o pagamento foi efetuado em conjunto com o imposto devido por antecipação referente às Notas Fiscais nºs 13937, 114076 e 133936. Informa estar anexando aos autos cópia do DAE, bem como das referidas notas fiscais. Ao final, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fl. 23), diz que o pagamento relativo ao DAE anexado pelo autuado foi efetuado em 09/09/03. Informa que segundo o art. 3º, da Portaria nº 339/01, o contribuinte tem 15 dias para efetuar o pagamento sem incorrer em penalidade. Porém alega que tal prestação não ocorreu já que o sujeito passivo apenas acrescentou uma outra nota fiscal estranha ao processo. Ao final, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente processo exige ICMS pelo fato do autuado ter adquirido mercadorias enquadradas na Portaria nº 270/93 (autopeças), procedentes de outro Estado, sem o recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária do percurso da mercadoria.

O autuado alegou que o imposto exigido no presente processo já foi objeto de recolhimento, em conjunto com o imposto devido por antecipação referente às Notas Fiscais nºs 13937, 114076 e 133936.

Da análise da cópia do DAE e das referidas notas fiscais que foram anexadas ao processo às fls. 11 a 16 pelo autuado, constato que efetivamente o cálculo do imposto devido por antecipação, relativo aos documentos fiscais mencionados, coincidem exatamente como o valor recolhido no DAE anexado, que, inclusive, menciona os números das notas fiscais que foram objeto do pagamento.

Todavia, o referido recolhimento somente foi efetuado no dia 09/09/03, e como a mercadoria estava acompanhada do Termo de Responsabilidade Pela Guarda de Mercadorias – TRGM (fl. 03), emitido em 14/08/03, por parte do Transportador, segundo o art. 3º, da Portaria nº 339/01, o contribuinte teria até 15 dias da data do preenchimento da TRGM para efetuar o pagamento sem incorrer em penalidade, ou seja, até o dia 29/08/03.

Dessa forma, como o pagamento em questão não ocorreu até a data acima mencionada, o autuante, acertadamente, apreendeu a mercadoria (29/08/03), e lavrou o Auto de Infração (10/10/03) para exigência do imposto, acréscimos moratórios e multa cabíveis, conforme determina o art. 5º, da Portaria nº 339/01.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, com homologação do valor já recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.904.438-8/03**, lavrado contra **OK AUTO CENTER PEÇAS PNEUS E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.801,54**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos demais acréscimos legais, com homologação do valor já recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA